

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS  
INFORME BRASIL N° 011  
Período: de 01/12/01 a 07/11/01  
Franca – Brasil

- 1 - Falhas causam baixas no Exército
- 2 - Mercosul unido para combater o terror
- 3 - Condor mirava Jango, diz comissão
- 4 - Salário dos militares só deve ser liberado na próxima semana
- 5 – Comissão da Câmara aprova revogação da Lei de Segurança Nacional
- 6 – Tríplíce fronteira preocupa OEA
- 7 - Embaixador Palestino recorre a Fernando Henrique pelo fim dos bombardeios
- 8 - Relatório sobre Direitos Humanos cita Exército
- 9 - Ministério da Defesa investe na indústria bélica
- 10 – Presidente é condenado por uso do Exército
- 11 - Aeronáutica adia divulgação do concurso de licitação para compra de jatos
- 12 - Vítimas do conflito do Araguaia podem pedir indenização à Justiça
- 13 - Operação militar no sul do Pará

Falhas causam baixas no Exército

Falta de treinamento para o combate na selva, associado a erros primários foi causa de baixas nas tropas do Exército no combate à guerrilha do Araguaia nos anos setenta. Nos confrontos com os militantes do PC do B, moradores eram obrigados a trabalhar para os militares. (Correio Braziliense – Brasil - 01/12/01 ; 02/12/01)

Mercosul unido para combater o terror

Países do bloco acima descrito mudarão leis para agir em conjunto contra possíveis ações de extremistas e criarão grupos antiterrorismo para investigar corrupção nas fronteiras. O governo enviará ao Congresso o projeto de lei que substitui a Lei de Segurança Nacional.(Correio Braziliense- Últimas- 01/12/01; Folha de S. Paulo- Mundo- 01/12/01.

Condor mirava Jango, diz comissão

Segundo o deputado Miro Teixeira: “O fato de que o Brasil e a Argentina não permitirem, na época, a realização de autópsia, evidencia uma ação coordenada entre os governos militares”. (Folha de S. Paulo- Brasil- 01/12/01)

Salário dos militares só deve ser liberado na próxima semana

Os militares só deverão receber seu salário na próxima semana. Embora evite estabelecer oficialmente uma data para pagamento, o Ministério da Defesa afirma que só na próxima semana estará depositado o salário na conta dos 628 mil militares da ativa e da reserva. O Congresso aprovou nesta verba extra para complementar a dotação orçamentária para o pagamento dos salários dos funcionários públicos federais, ativos e inativos, inclusive das Forças Armadas.

Um acordo entre o governo e a oposição garantiu a aprovação da complementação de verba. O Ministro da Defesa, Geraldo Quintão, embora tenha acolhido a queixa das tropas com o atraso, tentou acalmá-las sem, contudo, deixar de apoiar o tempo todo o governo. (O Estado de S. Paulo- Política- 4/12/01; Correio Braziliense- Política- 5/12/01; O Globo- O país- 5/12/01; O Estado de S.Paulo – Política – 06/12/01).

#### Comissão da Câmara aprova revogação da Lei de Segurança Nacional

Após ter sido adiada na semana passada por falta de quorum, quando deputados governistas abandonaram a sessão, a revogação da Lei de Segurança Nacional foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos deputados. A LSN é tida como representativa do governo militar no Brasil. Os governistas, no entanto, alegam que é preciso haver uma lei de defesa do território nacional para substituir a LSN, adequada ao regime democrático, principalmente após os atentados de 11 de setembro. Para alguns deputados do PT, a Constituição já cumpre esta função e que regulamenta os casos em que o governo pode decretar estado de sítio, estado de defesa e de intervenção federal. Nos próximos dias o governo deverá encaminhar ao Congresso um projeto de lei que prevê a inclusão no Código Penal de capítulos sobre a defesa nacional. Serão definidos conceitos e penas para delitos contra a soberania nacional, as instituições democráticas, autoridades estrangeiras no Brasil e cidadania, sob o título Crimes contra o Estado Democrático de Direito. É prevista punição contra atos terroristas, uso de força e violência por facções políticas, golpes de Estado, entre outros intenc. (Folha de S. Paulo-Brasil-5/12/01; Jornal do Brasil-Política- 5/12/01; O Estado de S.Paulo – Política – 07/12/01)

#### Tríplice fronteira preocupa OEA

O secretário geral da Organização dos Estados Americanos, César Gaviria afirma em entrevista no Itamaraty que há preocupação com as atividades ilícitas na fronteira Brasil- Paraguai- Argentina, sobretudo no lado Paraguai. Segundo ele, a lei não prevalece nesta região e estas atividades não estão sob controle do Estado. Gaviria disse que não há porque haver atuação de grupos armados e que compete aos próprios países da região adotar medidas de controle. Ele lembrou também que após o dia 11 de setembro, uma das ações adotadas foi à assinatura da Carta Democrática Ibero-Americana e a convocação dos membros do Tratado Ibero-Americano de Assistência Recíproca (TIAR) que foi solicitado pelo Brasil. Falou ainda que a OEA, criada há dois anos se dedica à cooperação entre os países no combate ao terrorismo, à lavagem de dinheiro, ao narcotráfico e a outros atos ilícitos. (Estado de S. Paulo- Política-5/12/01; Correio Braziliense- Mundo- 5/12/01 e 06/12/01)

#### Embaixador Palestino recorre a Fernando Henrique pelo fim dos bombardeios

O embaixador do estado palestino no Brasil, Mussa Amer Odeh fez um apelo a FHC para interceder junto à comunidade Internacional e o 1º Ministro de Israel, Ariel Sharon, no sentido de encerrar os bombardeios a cidades palestinas. (Jornal do Brasil- Política- 5/12/01)

### Relatório sobre Direitos Humanos cita Exército

O relatório “Direitos Humanos no Brasil – 2001”, publicado em forma de livro pela ONG Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, lançado em São Paulo, fala, entre outros temas, das operações de inteligência realizadas pelo Exército brasileiro para monitorar grupos sociais. Nestas atividades, o Exército teria praticado espionagem e, ainda, instruído seus agentes de forma a ferirem os princípios democráticos constitucionais e as liberdades civis. Essas operações vieram a pública com a apreensão de documentos em aparelhos clandestinos do Exército pela Polícia Federal e pelo Ministério Público e com a publicação destes documentos pela imprensa brasileira. (Folha de S.Paulo – Brasil – 06/12/01)

### Ministério da Defesa investe na indústria bélica

O Ministro da Defesa, Geraldo Quintão, anunciou ontem a criação da Comissão Militar da Indústria de Defesa. O Ministro afirmou que certas medidas serão tomadas para o fortalecimento da área, como o apoio governamental interdisciplinar. O governo deverá ainda apoiar a produção e a exportação de material de defesa. Um fórum reunindo empresas do setor será realizado em março de 2002. Os adidos militares serão treinados para divulgar a produção bélica nacional. (O Estado de S.Paulo – Política – 06/12/01)

### Presidente é condenado por uso do Exército

O Presidente Fernando Henrique Cardoso foi condenado pela Justiça a devolver aos cofres públicos os gastos com a utilização do Exército em operação para proteger a fazenda particular de seus filhos. A condenação atinge ainda o vice-presidente Marco Maciel e o Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência de República, general Alberto Cardoso. Em 1999, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) ameaçou invadir a área, e o governo respondeu com a mobilização de 250 soldados. A ação popular foi movida pelo PT; a Justiça considerou que houve a violação da Constituição e abuso de poder, pois a tarefa é responsabilidade da Polícia Militar. O governo deve recorrer, alegando se tratar da segurança do presidente, do vice e de seus familiares. (Folha de S.Paulo - Brasil – 07/12/01; O Estado de S.Paulo – Política – 07/12/01; Correio Braziliense – Últimas – 07/12/01)

### Aeronáutica adia divulgação do concurso de licitação para compra de jatos

A Aeronáutica adiou o anúncio do resultado da licitação para a compra de 12 a 24 jatos supersônicos para o programa de modernização da FAB (Força Aérea Brasileira). Novos estudos das propostas deverão ser realizados, e o resultado deve ser conhecido em março. Cinco grupos disputam a licitação, no valor de US\$ 700 milhões. (Folha de S.Paulo – Brasil – 07/12/01)

### Vítimas do conflito do Araguaia podem pedir indenização à Justiça

O Ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira defendeu ontem o pagamento de indenizações às famílias vítimas da Guerrilha do Araguaia. Durante o conflito, ocorrido durante a década de 70, habitantes da região do sul do Pará e norte do Tocantins sofreram constrangimentos diversos pelos militares que combatiam os guerrilheiros. Muitos sofreram torturas ou foram expulsos de

suas casas. Segundo o Ministro, a Constituição assegura, em seu artigo nº 37 o direito às indenizações. (Correio Braziliense – Brasil – 07/12/01)

#### Operação militar no sul do Pará

A Polícia Federal (PF) e as Forças Armadas vão realizar uma operação para combater a violência no sul do Pará, onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia. Trata-se de uma área onde ocorrem intensos conflitos de terra. Integrantes da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados temem que a operação aterrorize os habitantes do local, podendo atrapalhar as investigações que estão sendo realizadas para localizar corpos de possíveis guerrilheiros mortos. (Correio Braziliense – Brasil – 07/12/01)

#### Sites de Referência:

Correio Braziliense: [www.correiobraziliense.com.br](http://www.correiobraziliense.com.br)

Folha de São Paulo: [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo: [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

Jornal do Brasil: [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

Jornal da Tarde: [www.jt.com.br](http://www.jt.com.br)

Zero Hora: [www.zerohora.com.br](http://www.zerohora.com.br)

**Informe Brasil** é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Carolina Feccini Gaona e Érica Winand, bolsistas CNPq/Pibiq e Luciene Capellari, bolsista CAPES. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.